

A VALORIZAÇÃO DO SABER CIENTÍFICO NO CURRÍCULO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA¹

THE VALUE OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN THE CURRICULUM OF THE MUNICIPALITY OF
CASCAVEL, PARANÁ: CONTRIBUTIONS FROM HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY

LA VALORACIÓN DEL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO EN EL CURRÍCULO DEL MUNICIPIO DE
CASCAVEL, PR: APORTES DE LA PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA

Josiane de Kassia Marmentini², <https://orcid.org/0009-0003-6986-6339>

João Carlos da Silva³, <https://orcid.org/0000-0002-9322-8754>

Alessandra Tatiane Galvão Chiaretti⁴, <https://orcid.org/0000-0003-4538-5920>

Resumo:

Este artigo analisa o Currículo da Rede Municipal de Cascavel - PR e seu papel na disseminação do conhecimento científico. A relevância do estudo está na necessidade de um currículo que valorize o saber diante do negacionismo e das *fake news*. A pesquisa, bibliográfica e documental, fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e no Materialismo Histórico-Dialético. Os resultados mostram que o currículo de Cascavel, orientado pela PHC, contribui para a elevação cultural dos trabalhadores e para a formação crítica dos estudantes. Destaca-se a importância da formação continuada docente, do engajamento político em defesa da escola pública e da adoção de práticas que promovam a emancipação dos educandos.

Palavras-chave: Currículo; Saber Científico; Pedagogia Histórico-Crítica.

Abstract

This article analyzes the curriculum of Cascavel - PR Municipal School System and its role in disseminating scientific knowledge. The study's relevance lies in the need for a curriculum that values knowledge in the face of denialism and fake news. The research, bibliographic and documentary in nature, is based on Historical-Critical Pedagogy and Historical-Dialectical Materialism. Findings show that the Cascavel curriculum, guided by Historical-Critical Pedagogy, contributes to the cultural elevation of workers and critical education of students. The importance of continuing teacher training, political engagement in defense of public schools and adoption of practices that promote the emancipation of students is highlighted.

Keywords: Curriculum; Scientific Knowledge; Historical-Critical Pedagogy.

¹ Este artigo é resultante da dissertação intitulada *Valorização do conhecimento científico no currículo do município de Cascavel (PR): reflexões a partir da Pedagogia Histórico-Crítica* (Marmentini, 2024).

² UNIOESTE, Cascavel, Paraná, Brasil; Josiane.marmentini@unioeste.br

³ UNIOESTE, Cascavel, Paraná, Brasil; joaocarlos.silva@unioeste.br

⁴ UNIOESTE, Cascavel, Paraná, Brasil; alessandra.chiaretti@unioeste.br

Resumen:

Este artículo analiza el currículo del sistema escolar municipal de Cascavel - PR y su papel en la difusión del conocimiento científico. La relevancia del estudio radica en la necesidad de un currículo que valore el conocimiento frente al negacionismo científico y las noticias falsas (*fake news*). Esta investigación, basada en una revisión bibliográfica y documental, se fundamenta en la Pedagogía Histórico-Crítica y en el Materialismo Histórico-Dialéctico. Los hallazgos muestran que el currículo de Cascavel, orientado por la Pedagogía Histórico-Crítica, contribuye al avance cultural de los trabajadores y al desarrollo crítico de los estudiantes. El estudio destaca la importancia de la formación continua del profesorado, el compromiso político en defensa de la educación pública y la adopción de prácticas que fomenten la emancipación de los estudiantes.

Palabras clave: Currículo; Conocimiento científico; Pedagogía Histórico-Crítica.

Introdução

Este texto examina o Currículo para a Rede Pública Municipal de Cascavel – PR e a disseminação do conhecimento científico. A pergunta norteadora parte da seguinte indagação: *Em que medida o currículo tem influenciado a valorização e a disseminação do conhecimento científico nas escolas do município de Cascavel – PR?* Partindo desse questionamento, o objetivo geral foi analisar, a partir da trajetória histórica do Currículo do Município de Cascavel – Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o papel desempenhado por esse instrumento como instância de valorização, de disseminação e de divulgação do conhecimento científico.

Esse tema assume importância central em virtude do contexto social e histórico que vivemos, marcado pelo avanço das tecnologias e pelo acesso imediato a informações. Contudo, ao mesmo tempo, enfrentamos o fluxo de conteúdos falsos, conhecidos como *fake news* (notícias falsas), que se propagam de forma avassaladora por meio das redes sociais, produzindo um falseamento da realidade e alienando os indivíduos da sua condição social. Esse fenômeno não é apenas uma coincidência, é resultado direto de um projeto socioeconômico denominado neoliberalismo, cujo escopo principal é a manutenção do seu domínio no campo da educação, visando à reprodução contínua do capital.

As reflexões pautaram-se no âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e do Materialismo Histórico-Dialético. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem crítica da PHC estabelece um ambiente educacional que vai além da mera transmissão de informações, buscando a compreensão científica da sociedade e de suas

contradições. As fontes incluem o Currículo de Cascavel – PR e as produções acadêmicas e livros selecionados para fundamentar as reflexões.

Este texto inicia com esta breve introdução. Na sequência, discutimos os desafios impostos à escola para disseminar o conhecimento científico em tempos em que o negacionismo e o obscurantismo predominam; posteriormente, destacamos de modo sintético o processo de elaboração do Currículo de Cascavel, analisando a sua estrutura e em que medida o currículo tem influenciado a valorização e a disseminação do conhecimento científico nas escolas do município de Cascavel – PR. O texto encerra com as considerações finais.

A escola pública e a disseminação do conhecimento científicos: tempos sombrios de negacionismo

Em um cenário contemporâneo marcado por rápidas transformações sociais e desafios crescentes, a escola pública desempenha papel essencial na disseminação do conhecimento científico, tornando-se ainda mais relevante na atualidade, em que o negacionismo científico tem ameaçado comprometer a compreensão fundamentada da realidade. Pasternak e Orsi (2021, p. 9) ponderam que “[...] o negacionismo científico acontece quando a crítica ao consenso tem bases frágeis ou inexistentes [...] o negacionista [...] decide censurar os fatos ou, se for incapaz de fazê-lo, acaba levando seu caso para o tribunal da opinião pública”.

O negacionismo científico torna-se grave quando se transforma em um espetáculo midiático, com a disseminação de informações falsas ou distorcidas em redes sociais, programas de televisão ou outros meios de comunicação. Isso pode gerar confusão e desinformação para a população em geral, afetando a saúde pública, o meio ambiente e outros setores da sociedade. Ademais, “[...] o negacionismo não é apenas ignorância, mas a produção induzida (política e culturalmente) da desinformação, que tem como objetivo atacar as teorias científicas” (Andrade; Diniz; Santos, 2022, p. 120).

Na contramão dessa perspectiva tenebrosa, a valorização do conhecimento científico possibilita uma educação de qualidade no sentido de resistir ao obscurantismo⁵. É fulcral

⁵ Para Duarte e Saviani (2021, P. 89), “embora esse tipo de obscurantismo tenha características próprias à atualidade, como o uso das redes sociais e das *fake news*, trata-se de um fenômeno já antigo na história das sociedades. O caso clássico de obscurantismo foram os tribunais da Inquisição, que condenaram Giordano Bruno à morte na fogueira (Silveira, 2018) e obrigaram Galileu Galilei a apresentar uma humilhante abjuração (Baiaardi;

reconsiderar o papel desempenhado pela escola pública na sociedade contemporânea, haja vista que essa instituição não se limita à transmissão de conhecimento, pois o processo educativo permeia as relações sociais e entrelaça-se com a experiência de vida em sociedade. Na condição de instituição educacional, a escola é impactada pela dinâmica social, marcada por diversas contradições, estando imersa nesse contexto complexo e em constante transformação.

Em uma sociedade capitalista como a nossa, a escola carrega contradições internas, com interesses conflitantes, pois a classe dominante controla os meios de produção e disseminação da cultura e do conhecimento. O Estado, como gestor dos interesses da burguesia, não tem interesse em permitir que a classe dominada acesse o conhecimento científico, historicamente reservado à burguesia (Marx; Engels, 1998).

Com relação à rejeição histórica ao papel da ciência, é inegável que ela desempenha função essencial na sociedade contemporânea, impulsionando avanços tecnológicos e descobertas que transformam vidas e moldam o curso da história. No entanto, a escola pública é resultado de lutas coletivas e está a serviço da coletividade, proporcionando acesso ao conhecimento sistematizado e promovendo a socialização da cultura universal. Assim sendo, a ciência deve ser o centro do processo formativo.

Esses direitos são garantidos inclusive pela Constituição Federal (CF) de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Frigotto (1999, p. 30) também ressalta que “[...] a educação e a formação humana são definidas pelas necessidades do processo de acumulação de capital ao longo das diferentes formas históricas de sociabilidade”.

Outro marco importante e sólido no delineamento dos rumos educacionais no Brasil foi o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996. Nesse documento estão os alicerces que orientam desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, estabelecendo princípios que visam a promover a educação como direito de todos e dever do Estado. Além de consolidar os preceitos constitucionais, a LDBEN de 1996 reflete o compromisso de proporcionar educação de qualidade, formação crítica dos estudantes e valorização dos profissionais da educação (Brasil, 1996).

Santos; Rodrigues, 2012). O século XX foi tão pródigo em obscurantismos de direita e de esquerda que seria impossível apresentar aqui todas as suas manifestações”.

Entre os principais objetivos da LDBEN estão a promoção da educação como direito de todos e dever do Estado, a melhoria da qualidade do ensino, a formação crítica e cidadã dos estudantes e a valorização dos profissionais da educação. Ademais, a lei busca promover a igualdade de acesso à educação e a redução das desigualdades educacionais no país (Brasil, 1996).

Em 2001, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro, que integra o Plano Nacional da Educação (PNE), viabilizou importantes transformações para o cenário educacional brasileiro. Uma de suas principais propostas foi a ampliação da duração do Ensino Fundamental para nove anos, com a obrigatoriedade do ingresso aos seis anos (Brasil, 2001). Posteriormente, em 2005, a Lei Federal nº 11.114 foi sancionada, alterando a redação de alguns artigos da LDBEN de 1996 e reforçando a necessidade da matrícula no Ensino Fundamental a partir dos seis anos (Brasil, 2005). Ambas as leis refletem compromisso do país em promover uma educação mais abrangente, inclusiva e alinhada às necessidades do desenvolvimento infantil.

De acordo com Alves (2006), essas leis enfatizam a função social da escola pública, mas em uma sociedade permeada pelas diferenças sociais. A escola vem se transformando em um importante local de lazer e de convivência social para as crianças e jovens. Na realidade, para o autor, “[...] o espaço escolar tornou-se o único local reservado para eles na sociedade” (Alves, 2006, p. 207).

O desenvolvimento da educação está diretamente relacionado às mudanças sociais e históricas que ocorrem na sociedade, haja vista que a educação não é uma atividade isolada, mas parte integrante da cultura, da economia e da política de um país ou de uma comunidade. Portanto, é importante que ela seja pensada e avaliada em consonância ao contexto social e histórico, para poder atender às demandas da sociedade e preparar os indivíduos para enfrentar os desafios de seu tempo.

A escola pública é um patrimônio da sociedade e um importante instrumento de transformação social. Ainda que submetida às pressões do capital, é a principal fonte de acesso ao saber científico para milhões de brasileiros. Ela cumpre um papel fundamental, que é “[...] possibilitar o acesso das novas gerações no mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico” (Saviani, 2021, p. 66). Com essa apropriação, os educandos são capacitados a desenvolver uma compreensão mais aprofundada e crítica do conhecimento, contribuindo,

assim, para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Para isso, a escola deve “[...] organizar processos, descobrir formas adequadas a essa finalidade” (Saviani, 2021, p. 66).

Nessa perspectiva, a escola pública e a educação em geral são partes integrantes de um sistema complexo, que visa a formar indivíduos para o mercado de trabalho e para a manutenção das relações sociais capitalistas. No entanto, é fundamental ressaltar que isso não impede que a educação e a escola pública desempenhem um papel crítico e transformador na sociedade. Pelo contrário, é possível conceber práticas educativas que questionem a lógica do capitalismo, promovam a consciência crítica e preparem os indivíduos para a transformação social.

Saviani (2011, p. 145) destaca que “[...] a escola deve ser o lugar onde os professores têm condições para ensinar”. Contudo, isso requer recursos, como material didático atualizado, espaços adequados, equipamentos tecnológicos e uma equipe de profissionais qualificados, incluindo professores, gestores e funcionários.

A relação entre educação e trabalho é intrínseca, pois ambas são atividades fundamentais na história e na experiência humana. Como mencionado por Mészáros (2008, p. 27), “[...] educação e trabalho estão diretamente relacionados como atividades históricas e humanas. Portanto, é necessário romper com a lógica do capitalismo para criar uma alternativa educacional significativamente diferente”. Isso implica repensar as estruturas e os objetivos do sistema educacional, visando a uma educação que prepare os estudantes para serem cidadãos críticos, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Historicamente, com a ascensão da escola, criaram-se condições mínimas para a socialização do saber objetivo. Com a urgência da necessidade de escola para todos e a partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, a mesma classe que a defende impede que a escola desempenhe sua principal função, a de ensinar. A negação do conhecimento à maioria da população impossibilita o desenvolvimento da consciência, ou seja, a compreensão da própria condição de alienação e de exploração a que muitos estão submetidos.

A função social da escola é especificamente educativa, centrada na socialização do conhecimento científico e na organização do trabalho pedagógico, tornando esse saber acessível aos educandos. Em uma perspectiva crítica, essa contribuição visa ao desenvolvimento da consciência, adquirida por meio do ensino objetivo, já que, sem esse saber, a maioria da população não terá acesso a ele em nenhum outro ambiente além da escola (Saviani, 2021).

Saviani (2011, p. 136) destaca que “[...] a escola desempenha papel fundamental, pois é ela que abre, por meio da alfabetização, as portas da cultura letrada no âmbito da qual se dá a elaboração do saber e o desenvolvimento do conhecimento científico”. Vivenciamos um momento histórico que demanda constante reafirmação da importância da escola pública e da ciência. As notícias falsas e as pós-verdades⁶, disseminadas principalmente pela internet, desafiam a busca pela verdade objetiva, recorrendo a crenças individuais e sentimentos pessoais. A pós-verdade, ao se basear em meias-verdades ou informações descontextualizadas, cria narrativas convincentes, mas distantes da realidade. Isso impacta significativamente a opinião pública e decisões cruciais, como as eleições e as políticas públicas, por exemplo.

Nesse contexto, observamos uma luta contínua ao longo do século XXI em prol da universalização e da democratização da educação pública. No entanto, é relevante destacar que, quando a classe trabalhadora finalmente tem acesso à escola, depara-se muitas vezes com um ambiente em que o conhecimento é desvalorizado. Isso traduz um movimento que fragiliza e compromete o conhecimento científico (Saviani, 2012).

Essa reflexão remete a pensar em contextos nos quais grupos no poder resistem a mudanças sociais que desafiam seu domínio, seja na política, na economia, na educação ou em outras esferas da sociedade. Essa resistência pode manifestar-se por meio de estratégias ideológicas ou mesmo pela negação de acontecimentos históricos ou realidades sociais que ameacem seus interesses.

Por isso, o estudo da história é fundamental para a formação do indivíduo e da sociedade. É por meio da análise dos eventos passados que podemos compreender as causas e as consequências das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram temporalmente. É fundamental para a construção de uma sociedade crítica, consciente e capaz de compreender e transformar a sua própria realidade. Contudo, “[...] a valorização da memória e o combate contra a amnésia é ressaltada como missão fundamental do historiador da educação” (Silva, 2023, p. 5).

Diante dessa conjuntura, a divulgação científica é primordial para a compreensão da importância da ciência na vida cotidiana e para a conscientização da sociedade sobre a relevância

⁶ A Academia Brasileira de Letras (ABL, 2023) define pós-verdade como “[...] informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais”.

da pesquisa científica para o desenvolvimento humano. É necessário que a prática escolar envolva os alunos como sujeitos participativos do conhecimento, contextualizando o conteúdo em sua prática social e estimulando-os a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e comunidade. Além disso, a divulgação científica pode contribuir para aproximar a ciência da sociedade, estimulando o interesse e a curiosidade das pessoas pelo conhecimento científico, além de promover uma cultura de valorização da ciência.

O Currículo de Cascavel - PR e a valorização do saber científico: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica

O currículo é uma construção social e histórica, e sua compreensão e desenvolvimento podem variar de acordo com o contexto cultural, político e econômico em que está inserido. Saviani (2021, p. 15), criador da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), conceitua currículo como “[...] conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Ele acrescenta: “a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (Saviani, 2021, p. 14).

Diante dessas preposições, podemos afirmar que o currículo é o núcleo essencial que direciona e guia toda a vida pedagógica da instituição. É a base que sustenta a estrutura educacional, exercendo influência direta no processo de ensino-aprendizagem e na definição dos objetivos educacionais. Dialogando com a perspectiva da PHC, Malanchen (2016) apresenta reflexões fundamentais para a compreensão da teoria do currículo, abordando o movimento entre a teoria e a prática. Para a autora, “o currículo não é um agrupamento aleatório de conteúdos, há a necessidade de os conhecimentos serem organizados em uma sequência que possibilite sua transmissão sistemática” (Malanchen, 2016, p. 166).

Dessa forma, o currículo é uma ferramenta essencial para a organização e para a sistematização do processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os conhecimentos sejam transmitidos de maneira clara e organizada. Além disso, é importante que os conhecimentos selecionados sejam sistematizados de maneira coerente e sequenciados de forma a possibilitar a transmissão sistemática e gradual dos conteúdos.

As diversas disciplinas e seus conteúdos curriculares têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento psicológico dos alunos. Isso ocorre por meio da promoção do pensamento conceitual, do raciocínio lógico e do desenvolvimento das funções psicológicas superiores,

habilidades cognitivas complexas, como a memória, a atenção, a percepção, a linguagem e a resolução de problemas. Malanchen (2016, p. 115) ressalta que, “[...] quando a escola se propõe a conduzir o aluno ao pensamento conceitual, possibilita maiores condições para o conhecimento da realidade objetiva”. Dessa forma, as disciplinas são ferramentas para o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. O objetivo é formar indivíduos capazes de pensar de forma autônoma, aplicando o conhecimento adquirido em situações concretas e na resolução de problemas cotidianos.

O trabalho educativo é, para Duarte (2020), uma ponte entre as produções culturais e os indivíduos, permitindo que esses últimos sejam capazes de compreender, de valorizar e de aplicar os conhecimentos adquiridos de forma consciente e transformadora.

Nesse sentido, é necessário que os indivíduos ultrapassem o senso comum e conheçam a realidade externa de forma mais profunda. Com base nesses princípios fundamentais, é crucial que o currículo voltado para a PHC seja concebido de forma a contemplar o aluno como um ser concreto e singular. Isso implica ir além de suas necessidades imediatas e adentrar o domínio do conhecimento sistematizado e historicamente construído.

O Currículo do município de Cascavel – PR, em sua primeira versão, publicada em 2008, pauta-se na PHC e no método do Materialismo Histórico-Dialético (MHD). Trata-se de uma pedagogia contra-hegemônica, que vai na contramão do capital, comprometida com a defesa da escola pública, com a classe trabalhadora e com a transformação social. Essa abordagem pedagógica contrapõe-se à lógica capitalista e defende a escola pública como espaço de construção coletiva do conhecimento, engajada com a classe trabalhadora e a transformação social.

Dada a importância da elaboração coletiva de um currículo, compreendemos que a educação deve ser uma ferramenta de luta para a emancipação humana, principalmente das camadas mais baixas das sociedades, aquelas consideradas subalternas na condição de classe. Desse modo, a escola deve cumprir o papel social de capacitar esses indivíduos com conhecimentos científicos.

Esse é um pressuposto da PHC, a qual entende que a escola deve ter, como objetivo principal, a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade social, capazes de lutar por seus interesses e pela transformação da sociedade em que vivem. Para isso, é fundamental que os conteúdos culturais sejam socializados de forma crítica, ou seja, não transmitidos de

forma neutra, mas problematizados e relacionados com a realidade dos discentes, de forma a estimular a reflexão e a construção do pensamento crítico.

Para garantir aos alunos o contato com os conteúdos mais elaborados e atualizados, é fundamental ter um currículo pautado em uma concepção crítica e reflexiva de educação, como é o caso de Cascavel - PR, que utiliza a PHC como teoria norteadora da proposta curricular.

A finalidade de ensinar empenha-se em propiciar o domínio das objetivações humanas produzidas historicamente. Ademais, ensina-se por meio de conteúdos filosóficos, científicos e artísticos selecionados e organizados de maneira mais objetiva possível para que o processo seja o ponto de partida e o de chegada, sendo o trabalho pedagógico primordial e essencial nesse contexto histórico e social.

A concretização do currículo sob a perspectiva da PHC exige um processo constante de capacitação e de formação dos professores, além da adoção de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios dessa abordagem. No final da década de 1980 e início de 1990, no Paraná, foi elaborado e implementado um documento norteador para a educação, o *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná* (1990).

Em estudos conduzidos pelos profissionais da educação municipal de Cascavel - PR, pautando-se na PHC, verificaram-se várias discordâncias entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estabelecidos em 1998, e os documentos que orientavam a prática pedagógica à época. Em vista disso, a elaboração de um currículo próprio para o município exigiria, dos professores, análise aprofundada e compreensão clara dos princípios metodológicos a serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem (Matos; Mazaro, 2021).

Diante desse cenário, observou-se uma abordagem eclética na Rede Municipal, na qual alguns educadores optavam por seguir os princípios do Currículo Básico do Paraná (1990), enquanto outros se orientavam pelos PCNs (1998). Essa diversidade de perspectivas pedagógicas evidenciava-se pela ausência de unidade teórica na Rede. Assim, em 2004, iniciaram as discussões sobre a educação ofertada nas escolas municipais de Cascavel - PR, mas foi a partir de 2006, após extensos estudos, debates e análises, que o município, por meio da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em colaboração com as unidades escolares, deu início à elaboração de um currículo próprio (Matos; Mazaro, 2021).

Para a elaboração desse documento, foram promovidos encontros que reuniram os profissionais para estudos e reflexões acerca do método estabelecido como base teórica para a

prática pedagógica. As discussões abrangeram a análise de textos e a participação em encontros com professores e pesquisadores de universidades, visando a uma compreensão mais aprofundada dos princípios teóricos propostos, com destaque aos docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Matos; Mazaro, 2021).

Essa produção coletiva foi organizada em três volumes (Volume I - Educação Infantil, Volume II - Ensino Fundamental [Anos Iniciais] e Volume III - Educação de Jovens e Adultos - fase I), sendo concluída em 2007 e divulgada a primeira versão em 2008. O Currículo de Cascavel - PR, pautado na PHC, entende que a função da escola vai além da socialização dos conteúdos científicos. Deve contribuir para a formação integral dos estudantes, preparando-os para o exercício da cidadania. Para isso, é preciso que os conteúdos científicos sejam trabalhados de forma crítica e contextualizada, permitindo aos estudantes estabelecerem relações entre o conhecimento produzido na escola e a realidade em que vivem.

Tendo em vista que, em 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu a Resolução CNE/CP 2/2017 (Brasil, 2017), que estabeleceu e direcionou a implementação compulsória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todas as etapas da Educação Básica, o município de Cascavel, assim como os demais em todo o território nacional, iniciou um processo de revisão e reestruturação do Currículo municipal para adequá-lo à BNCC. Em 2020, foi concluída a segunda versão do Currículo de Cascavel – PR, composto por cinco volumes: Volume I – Educação Infantil; Volume II - Ensino Fundamental; Volume III – Fundamentos da Educação Especial; Volume IV – Educação de Jovens e Adultos; e Volume V – Diretrizes da Educação em Tempo Integral.

Tomando-se o Volume II do Currículo, destinado aos primeiros anos do Ensino Fundamental, em sua primeira parte, encontramos os seguintes aspectos: os fundamentos teóricos, os aspectos históricos e legais do Ensino Fundamental; os pressupostos filosóficos, nos quais são abordadas as concepções de ser humano, de sociedade, de educação, de estado, de escola pública e de currículo; o desenvolvimento humano, elencando a periodização do desenvolvimento humano; os pressupostos pedagógicos, processos de transmissão e apropriação do conhecimento, a organização das ações entre os sujeitos e o objeto de conhecimento (planejamento de ensino); a concepção de avaliação, a progressão de estudos no Ensino Fundamental – Anos Iniciais – e a transição do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental; as referências e os códigos dos objetivos de aprendizagem.

Na segunda parte do documento, encontramos a organização dos componentes curriculares: Arte, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Portuguesa e Matemática. Cada componente curricular tem um texto específico, a partir das características das diferentes áreas de conhecimento, orientado pela perspectiva da PHC e da Histórico-Cultural - THC, contemplando os seguintes itens: Histórico; Concepção do Componente Curricular; Objetivo Geral; Encaminhamentos Teórico- Metodológicos; Conteúdos e Objetivos de Aprendizagem; Avaliação; e Referências. Com a reestruturação, acrescentou-se o componente de Ensino Religioso, integrando oficialmente o Currículo.

Tal inclusão constitui um ponto de tensão no documento, considerando sua fundamentação na PHC e no MHD e à centralidade do conhecimento científico. Nesse sentido, a inserção do Ensino Religioso evidencia reflexões acerca das possíveis contradições entre uma proposta curricular fundamentada em bases materialistas e científicas e a institucionalização de um componente historicamente relacionado a concepções idealistas e religiosas.

Tal contradição releva as disputas hegemônicas e contra-hegemônicas entre a PHC, opondo-se às pedagogias não críticas e crítico-reprodutivistas, como por exemplo as pedagogias do *aprender a aprender*, bem como entre a perspectiva da democratização da ciência e do negacionismo. Dessa forma, entende-se que essa incorporação demanda maior problematização teórica, especialmente no que se refere à coerência epistemológica e filosófica do próprio currículo.

Para atender às demandas da BNCC, foram incluídos no Currículo os objetivos de aprendizagem, que “[...] estabelece[m] os objetos de conhecimento (conteúdos), e apresenta[m] as habilidades (objetivos de aprendizagem) que devem ser desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental, as quais são identificadas por códigos alfanuméricos” (Cascavel, 2020, p. 81). A revisão e atualização da primeira versão do Currículo (Cascavel, 2008) visaram a aprofundar os conceitos, a adaptá-lo à realidade municipal e a atender à legislação vigente. Por exemplo, foi necessário ajustar os conteúdos do currículo de acordo com a BNCC, identificando quais deles estavam presentes na Base e não eram contemplados na primeira versão.

Refletindo esse momento, Arroyo (2013) conceitua o currículo como um espaço sujeito a disputas, no qual os diversos grupos de interesse enfrentam condições desiguais. A capacidade

de negociação é favorecida àqueles que têm maior influência no debate público, resultando em desequilíbrio de poder entre os envolvidos.

Destacamos, portanto, na mesma linha de pensamento, que “[...] a educação não está a parte do mundo, ela faz parte e, portanto, está sujeita a todas as determinações e contradições” (Orso, 2017, p. 161). Além disso, “[...] não estamos apenas em uma cultuada sociedade do conhecimento, mas em uma acirrada disputa pelo conhecimento, pela ciência e tecnologia” (Arroyo, 2013, p. 14). Sobre isso, Bahniuk (2017, p. 189) alerta:

É no espaço da contradição, no tensionamento da força hegemônica, numa escola vinculada as lutas dos trabalhadores, sem abrir mão de uma formação teórica densa e dos conhecimentos produzidos, em que a possibilidade de realizar uma educação na direção da emancipação ganha maior possibilidade.

É importante pontuarmos que, com relação aos objetivos de aprendizagem, constam os propostos pela BNCC, os do Referencial Curricular do Paraná e os adotados pelo município de Cascavel, o que indica preocupação com a valorização do saber científico.

Compreendemos que o currículo não se limita apenas a um documento físico, mas representa continuidade de uma trajetória de trabalho, resultante de uma proposta curricular produzida coletivamente, que reconhece a historicidade do saber, sua objetividade, universalidade e seu caráter científico, integrando esses elementos na prática educativa. Nessa direção, Matos e Mazaro (2021, p. 282) sintetizam a importância de manter os fundamentos no Currículo de Cascavel - PR:

[...] acredita-se que os fundamentos presentes no currículo primaram por assegurar as possibilidades de um bom ensino. Bom ensino é aquele que projeta o indivíduo para além daquilo que se lhe apresenta de imediato, levando-o estudar não apenas os fatos e fenômenos, mas as relações que eles têm em si. É também, lutar pela formação humana em patamares mais complexos para todas as pessoas, como já se garantiu a parcelas reduzidas da humanidade.

Corroborando esse posicionamento, Orso (2017, p. 163) destaca que uma proposta de educação de caráter revolucionário somente se efetivará “[...] se for assumida coletivamente e se alicerçar numa consciência de classe de massa”. Além disso, o grande desafio não se limita apenas a evidenciar a presença da PHC no currículo, mas principalmente e efetivamente implementá-la na prática educacional cotidiana.

Em um cenário em que a educação pública básica não é tratada como prioridade, essa realidade é evidenciada também pelas avaliações externas, que frequentemente classificam o Brasil nas posições inferiores em comparação a outros países. O esforço atual concentra-se em transformar os princípios curriculares em ações efetivas, superando as barreiras que impedem um avanço substancial na qualidade da educação pública.

Podemos ressaltar que a reestruturação do Currículo de Cascavel - PR foi confrontada pela presença normativa da BNCC, dado que a abordagem do documento municipal contradiz a proposta da BNCC. Isso ocorre porque a BNCC baseia-se em uma pedagogia predominante, focada no desenvolvimento de habilidades e competências, enquanto o Currículo de Cascavel - PR segue uma abordagem contra-hegemônica, concentrada na formação integral e omnilateral do indivíduo.

Em um breve levantamento de busca de palavras-chave, tanto na primeira versão, de 2008, quanto na segunda, de 2020, além da BNCC, é possível verificar que, da primeira versão para a segunda, houve um aumento significativo de termos como *emancipação*, *humanizadora*, *conhecimento científico*, *dialética*, *historicamente*, *mediação*, *Pedagogia Histórico-Crítica*, *Teoria Histórico-Cultural* e referências a Saviani. Por outro lado, palavras como *capitalismo*, *classes sociais*, *modo de produção* e *classe trabalhadora* diminuíram na versão de 2020. A diminuição da centralidade dessas categorias pode indicar enfraquecimento da análise das contradições sociais e das determinações materiais que estruturam a sociedade capitalista, deslocando o debate educacional de uma perspectiva voltada à compreensão das relações de classe para abordagens mais genéricas e menos vinculadas à totalidade histórica. Esse movimento mostra a necessidade de aprofundar a análise acerca dos impactos dessa alteração na compreensão das contradições sociais e nos processos de conscientização crítica desenvolvidos no interior da escola pública. Afinal, a ausência ou redução de categorias vinculadas à luta de classes e ao modo de produção capitalista pode comprometer a compreensão da educação enquanto prática social historicamente determinada, enfraquecendo possibilidades de formação crítica voltadas à transformação da realidade social.

Comparando com a BNCC, constatamos que a Base não menciona termos como *escola pública*, *classe trabalhadora*, *práxis*, *Psicologia Histórico-Cultural*, *Teoria Histórico-Cultural*, *Pedagogia Histórico-Crítica*, *Materialismo Histórico-Dialético*, e não faz referências a Saviani. Além disso, palavras como *emancipação*, *humanizadora*, *dialética*, *mediação*, *historicamente*

e *conhecimento científico* são menos citadas na BNCC do que nas versões do Currículo de Cascavel - PR.

É importante ressaltar que, enquanto as duas versões do Currículo de Cascavel - PR são específicas para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a BNCC abrange toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, o que deixa mais lacunas divergentes entre as abordagens curriculares específicas de um município e as diretrizes nacionais estabelecidas pela BNCC.

Adotar a PHC como base teórica implica enfrentar constantemente as abordagens pedagógicas dominantes, buscando transformar a escola em um ambiente em que o conhecimento seja apropriado. Nessa conjuntura, é fundamental que os professores se apropriem do conhecimento em uma dimensão histórica e tenham real consciência do trabalho que estão desenvolvendo.

De acordo com Capozoli (2002, p. 121), “[...] divulgação científica não é outra coisa senão um esforço de inteligibilidade do mundo que se busca e, ao mesmo tempo, se compartilha com os demais”. Com esse propósito, é cada vez mais urgente difundir o conhecimento científico, integrando-o de forma natural em conversas, nas mídias sociais, demonstrando seu potencial na tomada de decisões individuais e coletivas em prol de uma sociedade mais justa e equitativa, bem como para saciar a curiosidade.

É essencial expandir o saber científico-cultural de maneira acessível, combatendo a propagação de *fake news* e informações maliciosas disseminadas diariamente na internet. Diversos desafios surgem quando lidamos com questões enfrentadas por aqueles que são antidemocráticos ou têm pouca informação e ingenuidade. Nesse cenário, a disseminação da ciência encontra grandes obstáculos, quando o negacionismo científico ganha força nas redes sociais e influencia a mentalidade das pessoas. No entanto, é crucial promover uma educação baseada em evidências, incentivar o pensamento crítico e garantir o acesso ao conhecimento científico, que é confiável para combater o avanço das ideias falsas.

O avanço do conhecimento científico tem sido de fundamental importância para a humanidade, proporcionando inúmeros benefícios que vão desde o significativo aumento da qualidade de vida até a ampliação das possibilidades de compreensão dos fenômenos naturais que nos cercam. A escola pública, a esse respeito, desempenha papel fundamental como instituição social, no sentido de propiciar o acesso ao conhecimento científico e sistematizado em suas formas mais avançadas, representando o acúmulo histórico de conhecimento da

humanidade. Por meio da escola pública, os alunos têm a oportunidade de não apenas acessar, mas também de se apropriar e compartilhar a cultura universal, que faz parte do patrimônio cultural da humanidade.

Assim sendo, o currículo é uma ferramenta importante para a organização do processo de ensino e aprendizagem na escola, pois define quais conhecimentos devem ser trabalhados com os alunos, assim como os objetivos que se espera alcançar com esse trabalho. Sforzi, Serconek e Belieri (2019, p. 32) destacam que “[...] a apropriação do patrimônio cultural da humanidade é condição para o desenvolvimento de cada sujeito em particular e de que, na educação escolar esse patrimônio está objetivado nos conteúdos curriculares das diversas áreas do conhecimento”.

A ciência representa uma das maiores realizações de nossa cultura e, como tal, é essencial que todos os cidadãos tenham capacidade de compreender e valorizar questões relacionadas ao conhecimento científico como componente integral de nossa cultura. É inegável que a popularização da ciência e da tecnologia é importante para o desenvolvimento cultural de uma sociedade, sendo extremamente relevante que as experiências, as pesquisas e as inovações científicas sejam acessíveis ao público e se integrem de forma significativa à nossa cultura, especialmente na contemporaneidade.

Nesse contexto, torna-se fundamental que a ciência seja difundida de maneira acessível, compreensível e relevante para toda a população, permitindo que a sociedade, em sua totalidade, possa se beneficiar, tomar decisões informadas e estar preparada para os desafios do mundo moderno.

Vivendo em uma sociedade marcada pela desigualdade social, é importante entender que o conhecimento científico pode ser influenciado por interesses políticos, econômicos e ideológicos da classe dominante. Essas inclinações podem moldar como a ciência é conduzida, quais questões são priorizadas para pesquisa e quais descobertas são divulgadas ou negligenciadas. Para Silva (2023, p. 12), “[...] estamos numa luta sem igual na história contra o negacionismo, o desmonte da ciência e da produção científica”.

A partir do conhecimento científico, a escola permite que os alunos possam compreender melhor o mundo e as relações sociais, desenvolvendo capacidades para analisar, para interpretar e para resolver problemas. Além disso, também pode ajudar na formação de valores, no desenvolvimento da cidadania e na construção da identidade dos indivíduos.

Desmistificar e tornar mais acessível o conhecimento científico é uma tarefa fundamental para combater o negacionismo. Os educadores podem utilizar estratégias pedagógicas, como o diálogo, o debate e a produção de materiais didáticos para disseminar informações científicas de forma clara e acessível. Ademais, é importante trabalhar na formação crítica do aluno, de modo a capacitá-lo para questionar e analisar as informações que recebe, distinguindo as fontes fidedignas das que não são.

Por meio da divulgação científica na escola, os alunos têm oportunidade de aprender sobre descobertas e teorias científicas, entender princípios fundamentais de várias disciplinas e a relevância do método científico para a resolução de problemas e avanço do conhecimento (Neto, 2019).

É imprescindível valorizar e “[...] retomar o papel intelectual do professor, como produtor de suas ações, mas também compromissado com a disseminação deste mesmo conhecimento, para além de meros executores de tarefas” (Silva, 2023, p. 24). Essa valorização é essencial para alcançar uma educação de qualidade e uma sociedade verdadeiramente emancipada, no âmbito da escola pública, como espaço de disputa.

Considerações Finais

Em face do exposto, nossas reflexões discutiram os desafios enfrentados pela escola pública e seus professores na cidade de Cascavel – PR, no que diz respeito à promoção do conhecimento científico. Em um contexto marcado pelo negacionismo e pela disseminação de informações falsas, a escola pública assume papel essencial na promoção do pensamento crítico e na consolidação de uma compreensão sólida da ciência, apesar das pressões sociais e da busca por resultados imediatos que, por vezes, entram em conflito com esses objetivos fundamentais. Neste estudo, procuramos discutir em que medida o currículo tem contribuído com a valorização e a disseminação do conhecimento científico nas escolas do município de Cascavel - PR.

Essa instituição desempenha papel fundamental na socialização do saber, segundo uma perspectiva marxista, almejando não apenas a disseminação do conhecimento, mas também a transformação da estrutura social para uma distribuição mais equitativa da riqueza material e intelectual, bem como dos meios de produção associados a esses recursos.

A figura do professor também assume papel central na transmissão do conhecimento científico, embora seja evidente que esse profissional enfrenta obstáculos significativos, desde a pressão para seguir rigorosamente as diretrizes curriculares padronizadas até a necessidade de adaptação a desafios locais específicos, especialmente nas regiões como o Oeste do Paraná. Nesse contexto, a formação continuada e o apoio institucional surgem como fatores fundamentais para capacitar os docentes a atuarem como agentes de transformação social.

Compreendemos que o currículo não se limita apenas a um documento físico, mas representa continuidade de uma trajetória de trabalho, resultante de uma proposta curricular produzida coletivamente. Esse processo visa a assegurar uma matriz curricular consistente e alinhada com as necessidades e realidades da comunidade educacional. Contudo, é preciso nos mantermos ativamente resistentes contra o esvaziamento dos currículos e o rebaixamento do processo de humanização.

O currículo, desse modo, é uma ferramenta viva e dinâmica que serve de base para a construção de uma educação preparada para os desafios do século XXI. Ele desempenha papel essencial na divulgação científica e capacita o professor como agente transformador do conhecimento.

A divulgação científica contribui para a construção de memórias individuais e coletivas. Quando as pessoas têm uma compreensão mais profunda dos conceitos científicos e das suas aplicações, elas são mais propensas a internalizar e reter esse conhecimento ao longo do tempo. Torna-se cada vez mais necessário difundir o conhecimento científico, incorporando-o de forma natural em conversas e nas mídias sociais, ressaltando seu potencial na tomada de decisões, visando a uma sociedade mais justa e equitativa.

Nessa direção, é fundamental que os educadores se engajem na divulgação e na disseminação desse Currículo para além do ambiente escolar, alcançando toda a comunidade educacional e a sociedade em geral. Mesmo com a imposição de adequação à BNCC, que segue uma lógica centrada no desenvolvimento de habilidades que capacitem o aluno a ser o protagonista de sua própria vida, com uma abordagem construtivista da Pedagogia do *aprender a aprender*, o Currículo de Cascavel - PR adere à abordagem histórico-crítica, que reconhece a importância tanto da aquisição de conhecimento quanto da formação humana integral dos indivíduos. Essas diferenças fundamentais tornam impossível a conciliação entre essas duas perspectivas no contexto educacional.

O conhecimento científico e a sua disseminação são fundamentais na ampliação de nossa compreensão do mundo, abarcando a forma como percebemos a natureza, a essência humana, a dinâmica da coletividade e nossas perspectivas de futuro. Ele também influencia significativamente as interações sociais. A PHC contribui significativamente para a disseminação do conhecimento científico, com o objetivo de elevar o nível cultural dos trabalhadores, tendo em vista que a transformação da sociedade depende do entendimento da classe trabalhadora sobre questões fundamentais, como socialismo, capitalismo, exploração, liberdade, humanização, emancipação e outros temas que lhes permitam expressar seus pensamentos de forma unificada e consistente.

Para alcançar esse objetivo, é essencial não apenas uma escola comprometida com os interesses da classe dominada, mas também uma prática social transformadora que envolva ativamente os trabalhadores na luta coletiva da classe. A PHC, portanto, consiste em uma ferramenta teórica e política de grande relevância para as escolas e seus profissionais, no sentido da transmissão e valorização da ciência como patrimônio cultural da humanidade, na construção de um mundo onde a vida seja inalienável e a dignidade humana seja inquestionável.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - ABL. *Pós-verdade*. 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALVES, Gilberto L. *A produção da escola pública contemporânea*. 4. ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2006.

ANDRADE, Leandro Braga; DINIZ, Leonardo Gabriel; SANTOS, Raphael Freitas Reflexões sobre a comunicação pública de ciência e o negacionismo. In: SANTOS, Marcus. Vinicius; CARDOSO, Marisa; BRUCK, Mozahir Salomão (orgs.). *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022. p. 124-130.

ARROYO, Miguel, G. Currículo, território em disputa. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005*. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2017/rcp002_17.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

BAHNIUK, Caroline. Os desafios de uma educação revolucionária: a experiência do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: ORSO, Paulino José; MALACHEN, Julia; CASTANHA, André Paulo (orgs.). *Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução – 100 anos da Revolução Russa*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2017. p. 170-192.

CAPOZOLI, Ulisses A divulgação e o pulo do gato. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu Castro; BRITO, Fátima (orgs.). *Ciência e Público caminhos da divulgação científica no Brasil*. RJ. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 121-132.

CASCAVEL (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel: volume II: ensino fundamental – anos iniciais*. Cascavel, PR: SEMED, 2008.

CASCAVEL (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel: volume II: ensino fundamental – anos iniciais*. Cascavel, PR: SEMED, 2020.

DUARTE, Newton. Um montão de amontoado de muita coisa escrita. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide Silveira Duarte; ORSO, Paulino José. (orgs.). *A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020. p. 31-46.

DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval. *Conhecimento Escolar e Luta de Classes*. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MALANCHEN, Julia. *Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MARMENTINI, Josiane K. *Valorização do conhecimento científico no currículo do município de Cascavel (PR): reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica*. 2024. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024.

MARX, Karl; ENGELS, F Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, Neide da Silveira Duarte; MAZARO, Leonete Dalla Vecchia. A institucionalização da Pedagogia Histórico-crítica: o que revela a experiência de Cascavel. In: LOMBARDI, José Claudinei; COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa; ORSO, Paulino José (org). *Pedagogia Histórico-crítica e prática pedagógica transformadora*. 1ed. Uberlândia: Navegando, 2021. p. 273-286.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETO, Hélio da Silva Messeder. A divulgação científica em tempos de obscurantismo e de fake News: contribuições histórico-críticas. In: ROCHA, Marcelo Borges.; OLIVEIRA, Dalmo V. L. (orgs.). *Divulgação Científica textos e contextos*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019. p. 13-24.

ORSO, Paulino. José. Os desafios de uma educação revolucionária. In: ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia; CASTANHA, André Paulo (Org.). *Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da revolução Russa*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2017. p. 147-168.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Básico da Escola Pública do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 1990.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. *Contra a realidade: a negação da ciência, suas causas e consequências*. 1. ed. Campinas, SP: Papyrus 7 mares, 2021.

SAVIANI, Demerval. *Educação em diálogo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SFORNI, Marta Sueli Faria; SERCONEK, Giselda Cecília; BELIERI, Cleder Mariano (org). *Aprendizagem conceitual e organização do ensino: experimentos didáticos na educação básica*. Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, João Carlos. História e historiografia da educação: contribuições para pensar questões teórico-metodológicas. *Revista Teoria e Prática da Educação*. v. 8, n. 2, p. 159-167, maio/ago. 2005.

SOBRE OS AUTORES

Josiane de Kassia Marmentini. Doutoranda em Educação pelo PPGE/Unioeste-PR e Mestra em Educação pelo mesmo programa. Professora da Rede Municipal de Ensino de Cascavel-PR e integrante do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação.

Contribuição de autoria: Conceituação, Metodologia, Investigação, Curadoria dos dados, Análise formal, Redação – rascunho original.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2214565815322976>.

João Carlos da Silva. Doutor em educação/UNICAMP. Pós-doutor pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus de Cascavel, no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Unioeste, Campus de Cascavel. Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDOPR: História, sociedade e educação no Brasil – GT Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil. Coordenador do Canal de Divulgação científica.

Contribuição de autoria: Supervisão, Conceituação, Metodologia, Redação – revisão e edição.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0234527171754099>.

Alessandra Tatiane Galvão Chiaretti. Doutoranda em Educação pelo PPGE/Unioeste-PR e Mestra em Educação pelo mesmo programa. Professora da Rede Municipal de Ensino de Cascavel-PR e integrante do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação.

Contribuição de autoria: Administração do projeto, Curadoria dos dados, Redação – revisão e edição (organização e adaptação para formato de artigo).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8830267646985507>.

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não foi necessária submissão a Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Os autores declaram que não houve uso de ferramentas de IA para a realização da pesquisa ou para o texto.

Recebido: 02.12.2025

Aceito: 01.07.2026

Publicado: 21.10.2026